

Esta seção destina-se a apresentação abreviada de trabalhos técnicos e acadêmicos ou resumos de dissertações ou teses no campo das Estatísticas Públicas.

Competição tributária regional, externalidades fiscais e federalismo no Brasil: uma abordagem de equilíbrio geral computável

Tese de Doutorado em Economia de Alexandre Alves Porsse, Eduardo Pontual Ribeiro (orient.) e Eduardo Amaral Haddad (co-orient.). PPGE/UFRGS, 2005.

Este trabalho analisa os efeitos econômicos da competição tributária regional a partir de uma metodologia de equilíbrio geral computável. O objetivo é investigar se a competição tributária regional pode ser consistente com um equilíbrio *welfare-improving* quando as externalidades fiscais, subjacentes às mudanças estratégicas na política tributária dos governos regionais e às regras do federalismo fiscal vigente no Brasil, são plenamente assimiladas nos *payoffs* dos agentes econômicos. Para tanto, foi elaborado um modelo inter-regional de equilíbrio geral computável que divide a economia brasileira em duas regiões integradas, o Rio Grande do Sul e o Restante do Brasil. Este modelo foi utilizado para implementar dois experimentos de simulação sobre políticas contra-factuais de competição fiscal. O primeiro experimento avalia os efeitos de uma política regional de incentivo realizada pelo governo estadual gaúcho, baseada na renúncia tributária do ICMS, visando a atração de novos investimentos. Este experimento considera que os novos investimentos são exógenos à região e ao país como um todo e não se assume resposta estratégica

do governo do Restante do Brasil. Os resultados mostram que a política é *welfare-improving* para as duas regiões e gera um retorno tributário líquido positivo para o governo do Rio Grande do Sul. Contudo, o efeito sobre as finanças do governo do Restante do Brasil é negativo, resultado que pode ser visto como um fator de incentivo para uma resposta política de competição fiscal. O segundo experimento avalia os efeitos de políticas de competição tributária regional entre os governos estaduais, assumindo-se que as alíquotas do ICMS são utilizadas como instrumentos estratégicos num jogo não cooperativo para atração de fatores produtivos. O experimento foi implementado para três fechamentos fiscais distintos com a finalidade de avaliar a sensibilidade dos resultados. O primeiro fechamento assume um regime fiscal do tipo *soft budget constraint* pelo qual o déficit orçamentário é a principal variável endógena para acomodar os custos da competição; o segundo fechamento assume um regime fiscal do tipo *hard budget constraint* pelo qual o consumo dos governos regionais (provisão de bens públicos) é a principal variável endógena; o terceiro fechamento considera o governo federal como um terceiro *player* no jogo de competição tributária regional e assume que a alíquota do imposto sobre a renda é a principal variável endógena de ajuste fiscal para capturar o papel das ligações verticais via mecanismos de transferências. Independente do fechamento fiscal, constata-se que a competição tributária gera um equilíbrio *welfare-improving*, mas o nível dos efeitos de bem-estar é bastante diferenciado entre os fechamentos. Constata-se ainda que o equilíbrio de Nash é do tipo *race-to-the-bottom* para as alíquotas de ICMS nos dois primeiros fechamentos, mas é *race-to-the-top* no terceiro porque a estratégia ótima do governo federal força os governos regionais a um equilíbrio com alíquotas de ICMS mais elevadas. As externalidades fiscais têm um papel crucial nos resultados encontrados, particularmente no segundo experimento, pois aliviam a necessidade de ajuste na provisão de bens públicos provocada pelo

equilíbrio *race-to-the-bottom* e, assim, permitem que os ganhos de bem-estar do consumo privado superem as perdas decorrentes da redução na provisão de bens públicos.

O conceito de urbano e as cidades de pequeno porte no semi-árido baiano: Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto.

Dissertação de Mestrado em Geografia de Diva Lopes Ferlin, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (orient.). IGEO/UFBA, 2005.

Este estudo representa um esforço de análise de três pequenas cidades do semi-árido baiano, Novo Triunfo, Santa Brígida e Sítio do Quinto, verificando se possuem ou não as características de um espaço urbano. Para tanto, considerou-se que uma cidade — entendida, como espaço urbano e socialmente produzido — deve conter certo número de habitantes, vivendo em um aglomerado, com certa centralidade econômica, algumas características espaciais — refletidas na multiplicidade de uso do solo — e certa diversidade econômica articulada com a presença de classes sociais distintas; além de alguma proporção de residentes ocupados em atividades não agrícolas. Desse modo, tenta participar de uma discussão no campo da Geografia Urbana — sobre cidades e áreas urbanas, na qual pequenas cidades (menos de 20 mil habitantes) não deveriam ser consideradas áreas urbanas. A hipótese principal deste estudo, portanto, é que elas não constituem áreas urbanas. Tal análise foi apoiada por pesquisa bibliográfica, documental e de campo, comparando o espaço dessas cidades com as premissas conceituais, acima, considerando ainda as características socioespaciais específicas da região e dos municípios onde se inserem. ■

A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo

Dissertação de Mestrado em Geografia de Patricia Chame Dias, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (orient.). IGEO/UFBA, 2005.

Pouco após sua emancipação, em 1962, Lauro de Freitas passou por uma série de transformações em sua organização sócio-espacial e dinâmica socioeconômica. Situado na Região Metropolitana de Salvador (RMS), em processo associado às transformações estruturais da economia e à redefinição funcional dos municípios dessa região, Lauro de Freitas experimentou um intenso crescimento demográfico e sua população de, aproximadamente, 10 mil habitantes em 1970, passou para 113 mil pessoas em 2000. Favoreceram essa dinâmica, a proximidade de Salvador, dos principais pólos industriais do Estado e a ação do mercado imobiliário que fragmentou o solo do município em inúmeros loteamentos populares que, à época da implantação, apresentavam precárias condições estruturais. Esses empreendimentos, que se localizaram, predominantemente, em Itinga, local de topografia acidentada situado na divisa com a capital, pretendiam atender à demanda de casa própria das classes populares. Noutra parte do município, especialmente na orla, no que atualmente é denominado Atlântico Norte, foram lançados loteamentos voltados às classes médias e altas, sob o signo da fuga dos males urbanos e da melhor qualidade de vida. Desde então, observou-se a localização diferenciada das classes sociais nesse espaço. Nos anos 90, esses processos se mantiveram e aprofundaram, sendo que na área destinada aos mais abastados verificou-se um intenso avanço do número de novos empreendimentos (sobretudo condo-

Comunicações de Pesquisa

Boletim Estatísticas Públicas • n. 2 • Salvador, julho 2006

mínios fechados), consolidando um processo de segregação residencial. Partindo do entendimento de que o espaço é condição e condicionante dos processos sociais, que, no capitalismo, ele é produzido, sobretudo, para manter as condições de reprodução social e que as elites buscam se apropriar do Estado para que ele represente seus interesses, buscou-se com esse trabalho discutir as formas e as escalas sob as quais o processo de segregação residencial pode ser identificado em Lauro de Freitas, analisando as diferentes características dos locais de moradia das distintas classes sociais em dois de seus distritos: Itinga e Atlântico Norte. ■